



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURAS E HISTÓRIA
AFROBRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA.**

**AFRICANIDADE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA
NEGRA NA FORMAÇÃO DA CULTURA
BRASILEIRA**

FRANCISCO AURÉLIO DO NASCIMENTO DA SILVA

**REDENÇÃO – CE
FEVEREIRO – 2013**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURAS E HISTÓRIA
AFROBRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA.**

**AFRICANIDADE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA
NEGRA NA FORMAÇÃO DA CULTURA
BRASILEIRA**

Monografia apresentada como exigência do
Curso de Pós-Graduação Lato Senso em nível
de Especialização em Culturas e História
AfroBrasileira, Indígena e Africana para
obtenção do título de especialista sob
orientação do Professor Dr. LOURENÇO
OCUNI CÁ

REDENÇÃO - CE

2013

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

S578a Silva, Francisco Aurélio do Nascimento da.

Africanidade e valorização da cultura negra na formação da cultura brasileira. / Francisco Aurélio do Nascimento da Silva. Redenção, 2014.

52 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá.
Incluem Lista de siglas e Referências.

1. Raça negra 2. África História.3. Cultura afro-brasileira.I. Título.

CDD 344.81077

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Francisco Aurélio do Nascimento da Silva

MONOGRAFIA APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá (Orientador)

Prof. Dr. Aluísio Marques da Fonseca

Prof.^a. Dr^a Sinara Mota Neves de Almeida

“(…) Há mais de quarenta mil anos atrás
A arte negra já resplandecia
Mais tarde a Etiópia milenar
Sua cultura até o Egito estendia
Daí o legendário mundo grego
A todo negro de ‘etíope’ chamou
Depois vieram reinos suntuosos
De nível cultural superior
Que hoje são lembranças de um passado
Que a força da ambição exterminou
Em toda a cultura nacional
Na arte e até mesmo na ciência
O modo africano de viver
Exerceu grande influência
E o negro brasileiro
Apesar de tempos infelizes
Lutou, viveu, morreu e se integrou
Sem abandonar suas raízes.”

(Wilson Moreira e Nei Lopes, 1978)

DEDICATÓRIA

A minha Mãe **MARIA DE LOURDES NASCIMENTO DASILVA** cujo carinho, companheirismo, paciência, amor, dedicação e confiança não me permitiram desistir de muitos sonhos.

Ao meu filho **FRANCISCO ADELINO DO NASCIMENTO DA SILVA**, todo meu amor, minha inspiração; o incentivo que me motiva para muitas conquistas em minha vida.

Ao meu pai **MANOEL PAULO DA SILVA** (*in memoriam*) que me ofereceu uma formação sólida como filho e profissional;

A minha querida irmã **MARIA ROSÉLIA NASCIMENTO DA SILVA** pelo apoio, carinho, incentivo e amor; com muita paciência, seriedade e sabedoria muito me ensinou durante a realização desta pesquisa. Obrigado por respeitar minhas decisões e acreditar em minha capacidade. Principalmente por me ensinar a ter fé e acreditar em mim.

Aos **MEUS AMIGOS** pelo constante apoio e pela elevada manifestação de amor e afeto, dispensados no decorrer de mais essa etapa.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** por mais uma batalha vencida;

Aos **PROFESSORES** deste curso que repassaram seus conhecimentos com carinho e segurança;

De modo especial à minha mãe **MARIA DE LOURDES NASCIMENTO DASILVA**, que jamais mediu esforços nos momentos difíceis e na condução moral e exemplar para com seus filhos, exemplo de vida e amor.

A toda a **minha família**, pessoas que amo, as quais me incentivam a alcançar meus objetivos e me proporcionam diariamente momentos de felicidade, afetividade, sucesso, determinação e amor. Construíram o alicerce de minha formação e me encaminharam por um caminho digno de respeito e amor ao próximo.

A todos os meus **amigos e amigas, colegas e conhecidos** que me ajudaram e incentivaram a seguir em frente e não desistir no meio do caminho enfrentando todos os obstáculos com determinação e confiança proporcionando uma resposta à altura do desafio.

RESUMO

Este trabalho “africanidade e valorização da cultura negra na formação da cultura brasileira” se propõe a relatar aspectos da pesquisa sobre Cultura e Africanidade e consiste na discussão teórica e nos resultados da implementação na escola. Com base na Lei 10.639 foram elaborados subsídios teóricos e linguagens históricas para discussão dos aspectos referentes à cultura e memória afro-brasileiras. Começando pela reflexão histórica da formação do conceito de cultura, ampliou-se o conhecimento sobre este tema como eixo estruturante dos conteúdos. A perspectiva de compreender a cultura afro-brasileira é superar a visão do senso comum justificada por ideias pré-concebidas sem fundamentação histórica dos aspectos da exclusão quanto aos povos africanos e seus descendentes no Brasil. Observou-se que estas ideias são decorrentes do não conhecimento. Portanto, entendeu-se que uma forma de viabilizar a aplicação da Lei 10.639 é a partir da relação com os conteúdos da proposta curricular em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, discorrendo sobre os problemas para sua aplicação, especialmente os relacionados à falta de formação dos professores para trabalharem estes temas. Esta análise deve ser focada em um contexto histórico que resgate o papel do ocidente na realidade do continente africano, bem como, as implicações deste discurso no cotidiano escolar. Sugeriu-se na implementação da proposta que se trabalhe com diferentes linguagens e documentos da história na perspectiva interdisciplinar, que permita que os professores reflitam sobre a presença africana na vida cotidiana, sobre as representações e sobre o imaginário construído.

Palavras chaves: Cultura, Africanidade, Lei 10.639.

ABSTRACT

This work "Africanness and appreciation of black culture in the formation of Brazilian culture" proposes to describe aspects of research on Culture and Africanness and consists of theoretical discussion and the results of implementation in school. Based on Law 10,639 theorists subsidies and historical languages for discussion of aspects relating to culture and African - Brazilian memory were prepared. Starting with the historical reflection of the formation of the concept of culture has expanded knowledge about this subject as structure of the content. The prospect of understanding the African - Brazilian culture is to overcome the common -sense view, justified by preconceived ideas without historical foundation of the aspects regarding the exclusion of African peoples and their descendants in Brazil. It was observed that these ideas are due to no knowledge. Therefore, especially those related it was understood that one way to facilitate the application of Law 10,639 is from the relationship with the contents of the proposed curriculum in History and Afro - Brazilian and African in Basic Education , discussing the problems for your application, the lack of training of teachers to work these issues. This analysis should be focused on a historical context that rescue the role of the West in the reality of the African continent, as well as the implications of this discourse in everyday school life. It was suggested the implementation of the proposal that work with different languages and documents the history from an interdisciplinary perspective, enabling teachers to reflect on the African presence in everyday life, on the representations and the imaginary constructed.

Key words: Culture, Africanness, Law 10.639.

LISTAS DE SIGLAS

ACN - Associação Cultural do Negro

AIDS – Síndrome de insuficiência

EUA – Estados Unidos das Américas IBGE - Instituto brasileiro de geografia e Estatística.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e Estatística.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas,

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

MEC - Ministério de educação e cultura.

MNU - Movimento Negro Unificado

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PT – partido dos Trabalhadores

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SINBA -Sociedade de Intercâmbio Brasil-África Teatro Experimental do Negro

TEN - Teatro Experimental do Negro

USP –Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - AFRICANIDADES BRASILEIRAS E EDUCAÇÃO.....	13
1– Cultura e memória afro-brasileiras	18
1.1 - A origem da palavra cultura	21
1.2 - O conceito de cultura e a escola	24
1.3 - A herança africana está por toda parte	29
CAPÍTULO II - A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639/03 PARA O RESGATE DA CULTURA NEGRA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL.....	31
1– Conhecendo o parecer 003/2004	34
1.1 - Racismo, preconceito e discriminação	36
1.2– Racismo	36
1.3 - Origem da palavra racismo	37
1.4– Preconceito	38
1.5– Discriminação	40
1.6– Discriminação racial	40
1.7– Gênero	40
1.8 Estereótipos	41
CAPÍTULO III - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho cujo tema é “Africanidade e valorização da cultura negra na formação da cultura brasileira”, se propõe a relatar aspectos sobre Cultura e Africanidade e a importância da inclusão do tema Africanidade e cultura no currículo escolar, assim como as possibilidades de se levar aos educandos o conhecimento da cultura africana, reconhecendo-a como parte da nossa cultura e história. Através deste trabalho tomar-se-á conhecimento do significado do termo africanidades, e tudo que este carrega consigo: origem, história, resgate, valores; bem como a sua importância para a formação da cultura popular brasileira, avaliando a legislação que vigorou e vigora a favor da cultura dos afrodescendentes, por fim, refletir sobre implementação da Lei 10.639 nas escolas de ensino regular através das disciplinas, conteúdos e temas ministrados em sala, na busca do reconhecimento e valorização desta cultura.

A ausência da história africana é uma grande lacuna no sistema educacional brasileiro. Esta ausência traz consequências sobre a população, que torna o ambiente brasileiro em um país de exclusões étnicas, a que se denomina de racismo ou preconceito.

Desta forma, a ausência de uma história africana, tira a oportunidade dos afrodescendentes de construir uma identidade positiva sobre as suas origens, abrindo assim, espaços para hipóteses preconceituosas ou racistas sobre a cultura africana.

De acordo com Silva (2005), ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia.

O trabalho está dividido em três capítulos:

O primeiro intitulado “africanidades brasileiras e educação” fala sobre a temática das africanidades, onde percebe-se o grande desafio diante da riqueza histórica e cultural do patrimônio legado pelos africanos a toda a humanidade; aborda a cultura e memória afrobrasileiras, enfatizando a lei 10.639/2003; conceitua cultura e escola e constata que a herança africana está por toda parte.

No segundo capítulo traz a importância da lei 10.639/03 para o resgate da cultura negra brasileira na formação da sociedade nacional; faz uma análise sobre o parecer 003/2004 e conceitua racismo, preconceito e discriminação.

No terceiro capítulo aborda sobre a legislação brasileira voltada para a educação e valorização da cultura negra; apresenta as leis que durante a história do Brasil contemplaram a população negra incluindo a Lei 10.639 que determina: nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Nas considerações finais analisa e reflete sobre as africanidades e a contribuição da cultura africana para a formação da cultura brasileira; bem como verifica que a africanidade é uma miscigenação de culturas rica e exuberante que está inserida intrinsecamente na cultura popular brasileira.

CAPÍTULO I

AFRICANIDADES BRASILEIRAS E EDUCAÇÃO

Para abordar este tema consultamos um documentário do programa Salto para o Futuro (Ano XVIII - Boletim 20 – Outubro de 2008) sobre a temática das africanidades, onde percebemos o grande desafio diante da riqueza histórica e cultural (no sentido mais pungente, visceral e amplo do termo) do patrimônio legado pelos africanos e pelas africanas a toda a humanidade.

(...) estudar Africanidades Brasileiras significa estudar um jeito de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e lutar por sua dignidade, próprio dos descendentes de africanos que, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando-nos outros grupos étnicos com quem convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles (SILVA, 2005, p.12).

A mesma autora, ainda falando sobre “africanidades brasileiras”, diz o seguinte:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprias dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2005, p. 15).

Ao ler estas palavras possivelmente alguns pensem: Realmente é uma verdade o que se estar afirmando, pois todas as pessoas comem feijoada, cantam e dançam samba, e alguns frequentam academia de capoeira. E isto, sem dúvidas, é influência africana. De fato o é, mas há que completar o pensamento, vislumbrando os múltiplos significados que impregnam cada uma destas manifestações.

Feijoada, samba e capoeira resultaram de criações dos africanos que vieram escravizados para o Brasil, bem como de seus descendentes, e representam formas encontradas para sobreviver, para expressar um jeito de sentir, de construir a vida. Assim, uma receita de feijoada, vatapá, ou de qualquer outro prato, contém mais do que a combinação de ingredientes, é o retrato de busca de soluções para a manutenção da vida física, de lembrança dos sabores da terra de origem. Do mesmo modo, a capoeira, hoje um jogo cujo

cultivo busca o equilíbrio do corpo e do espírito, nasceu como instrumento de combate, de defesa.

Africanidades Brasileiras ultrapassam, pois, o dado ou o evento material, como um prato de sarapatel, uma congada, uma apresentação de capoeira. Elas se constituem nos processos que geraram tais dados e eventos, hoje incorporados pela sociedade brasileira. Também se constituem nos valores que motivaram tais processos e dos que deles resultaram.

Pensar as Africanidades Brasileiras na atualidade nos remete ao fato de que é impossível negar a presença negra em todos os setores da sociedade brasileira. Contudo, em alguns espaços, essa presença está aquém do que é desejado e necessário, e ainda é marcada pelo racismo, pela exclusão, pela subalternização. No entanto, é importante ressaltar que:

Uma sociedade pautada em qualquer tipo de discriminação é uma sociedade que vai deixar, sem dúvida, à margem da participação, digo participação produtiva, produtiva intelectual e produtiva econômica, uma grande parcela da sua população. E nesse sentido, quando nós pensamos em racismo, nós estamos pensando em mais de 50% da população negra ou pelo menos quase 50%, se formos seguir as cifras oficiais apresentadas pelo IBGE. Então, nós estamos dizendo que numa sociedade que exclui e exclui pelo racismo, que é a nossa discussão aqui, nós vamos ter metade da população do Brasil fora dos regimes de direitos de todas as áreas e isso traz no mínimo subdesenvolvimento para o país. (SILVA, 2005 , p. 13).

Entendemos que trabalhar com a diversidade cultural em sala de aula passa pela compreensão das questões religiosas, de lazer, dos mecanismos de resistência, da linguagem, da música, da expressão artística e literária, da dança, da representação, enfim, de inúmeros elementos que possibilitem a produção cultural e artística dos negros no Brasil. Munanga (2004) afirma que:

No decorrer do processo histórico brasileiro, os homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram formas elaboradas de lidar com a vida, com o corpo assim como expressões musicais múltiplas. Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio da resistência política, da religião, da arte, da música, da dança e da sensibilidade para com a ecologia o negro produz, participa e vivencia a cultura afro-brasileira. (2004, p.139).

Silva (2005) destaca que cada um destes elementos da cultura africana resgatada aqui no Brasil é mais do que a combinação de ingrediente, é fruto de luta, é o retrato para a manutenção da vida física, de lembranças e sabores da terra de origem, são criações dos africanos e seus descendentes, que foram escravizados no Brasil, que buscaram formas de sobreviver e expressar seu jeito de sentir e viver:

As Africanidades Brasileiras vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando-nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira. (SILVA, 2005, p. 156)

Desde a antiguidade, esse continente, carregado de história construída ao longo de milênios, foi alvo do domínio e ocupação de vários povos, principalmente os da Europa, que chegaram como conquistadores, como dominadores. Impuseram a escravidão e o racismo baseado na “superioridade” branca, com a exploração do homem pelo homem.

Não respeitaram seus modos de vida e pensamentos, que se encontram inseridos dentro de uma diversidade étnica e cultural única em todo o mundo.

A professora Leila Leite Hernandez (2005, p. 18) salienta a forma como os africanos eram vistos pelos europeus e, conseqüentemente a necessidade de “inventar-lhes” uma história: Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra. Assim sendo, o termo *africano* ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente, incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo.

Muitas imagens que identificam a “africanidade” foram insistente e historicamente cunhadas sob o signo da “negritude” e da “barbárie”, em relação à considerada “civilização europeia e branca”. No entanto, hoje, não seria possível se pensar em homogeneidade cultural de uma comunidade nacional qualquer, nem mesmo se acreditar em mapas que traçam linhas de influência cultural de populações de certas regiões africanas que possam ser projetadas sobre regiões do continente americano para determinar conjuntos de crenças, valores que tenham se mantido intactos, funcionais ou coerentes.

Sem descartar a importância de alguns valores comuns que porventura se tenham mantido, citamos Mintz e Price, quando dizem que, africanos trazidos nos deslocamentos atlânticos não consistiam grupos coesos, mas eram “multidões muito heterogêneas” ou

“comunidades de pessoas” que “só puderam transformar-se em comunidades através de processos de mudança cultural”, já que o que aqueles seres escravizados puderam compartilhar no começo, inegavelmente, era sua escravização; “todo – ou quase todo o resto teve que ser criado por eles”

Pensar o termo “africanidade”, ou seja, a condição, qualidade ou caráter do que é africano, instiga-nos, primeiramente, a questionar o uso do termo no singular. Africanidade sugere o pressuposto de uma herança cultural generalizada ou a ideia de uma unidade da África ocidental e central, portanto, pensar o termo na forma plural seria um artifício para se tentar apreender o movimento ou a historicidade de identidades que foram social e culturalmente construídas, que foram tecidas, recriadas, ressignificadas sob diversos olhares, escritas e temporalidades.

Pensar em “africanidades” seria, portanto, um esforço de reler a produção, a reprodução e a operação de categorias identitárias não só de nação, de raça-etnia, mas também de condição social, de classe, de sexo-gênero. Trata-se, também, de um esforço de apreensão de enunciados emblemáticos da escrita historiográfica que poderá nos ajudar a reler o trânsito de certos significados e, sobretudo, abordar algumas das condições históricas que engendraram interpretações sobre o “ser brasileiro”, identidade tantas vezes “tingida” de “negritudes”, e embebida de sentidos geralmente negativos que remetem às influências de certas “africanidades”, sob olhares que se fixaram para nomear, criticar ou ressignificar diferenças e, também, para explicar as condições desiguais, restritivas e desumanas da experiência da escravidão.

Tal perspectiva apresenta-se promissora, no caso da análise das “africanidades” e das “relações escravistas”, noções que se entrelaçam nos discursos, e possibilitam observar o tecido das relações sociais miúdas, cotidianas, salientar lutas, deslocamentos, que, na ordem escravista, deram forma a certas representações sociais ou, como explica Bakzco (1984), a “um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual as sociedades se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros” .

O desafio é então, o de estabelecer esforços no sentido de desconstruir o imaginário e as representações coletivas, que bem diz Munanga (2005) fazem parte de um inconsciente coletivo, possuem dimensão afetiva e emocional que dão sustentação a crenças, valores,

estereótipos e atitudes que nos afetam, afetam a tudo e a todos. Segundo o autor, “é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e tocar no imaginário e nas representações” (idem, p. 20). Aqui, a experiência profissional e de vida daqueles que educam em diálogo com os muitos saberes da vida social faz da educação um recurso de potencial força na luta pela igualdade de direitos. Assim, a informação que caracteriza os processos educativos formais na dimensão do ensino, aponta para o fato de que a escola não pode se limitar a isso, e faz-se necessário o resgate dos processos não formais e informais de aprendizagem dentro e fora da escola.

De acordo com Silva (1995):

Estudar História e Cultura Afro-brasileira e Africana é também um gesto político, questionador de paradigmas eurocêntricos que costumemente marginalizam, desqualificam, negam as contribuições dos africanos para a humanidade. Estudar história e cultura dos povos africanos exige dos professores e estudantes, negros e não negros, aprender a identificar, criticar, desconstruir distorções, omissões, avaliações baseadas em preconceitos, construir novas significações (p. 45).

O que a escola pode fazer para contribuir na diminuição do preconceito existente nas diversas formas de tratamentos que a sociedade tem exposto, machucando e prejudicando na formação e construção de sujeitos? Para Lopes (2001 apud MUNANGA, 2005, p. 189):

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

Dessa maneira é possível compreender a educação como um exercício de construção de conhecimentos, formando cidadãos críticos com outra mentalidade, perante o sistema, sua organização e relações sociais estabelecidas entre os sujeitos sob uma visão de país globalizado e ante exclusivo.

Não podemos assegurar que temos uma vivência com a tolerância e o preconceito na prática educativa. No espaço escolar, é comum que os educadores transmitam para seus

alunos, posturas e ações sobre o preconceito que circulam na sociedade, especificamente através da linguagem verbal, simbólica e informal (olhares, gestos, atenção, silêncio, toques expressões corporais e faciais). Dessa maneira fica fácil de uma criança perceber se ela é querida ou não dentro desse grupo social o qual ela está inserida.

1- CULTURA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRAS

Com base na Lei 10.639 foram elaborados subsídios teóricos e linguagens históricas para discussão dos aspectos referentes à cultura e memória afro-brasileiras.

Começando pela reflexão histórica da formação do conceito de cultura, ampliou-se o conhecimento sobre este tema como eixo estruturante dos conteúdos. A perspectiva de compreender a cultura afro-brasileira é superar a visão senso comum, justificada por ideias pré-concebidas sem fundamentação histórica dos aspectos da exclusão quanto aos povos africanos de seus descendentes no Brasil. Observou-se que estas ideias são decorrentes do não conhecimento. Portanto, entendeu-se que uma forma de viabilizar a aplicação da Lei 10.639 é a partir da relação com os conteúdos da proposta curricular em História. Esta análise deve ser focada em um contexto histórico que resgate o papel do ocidente na realidade do continente africano, bem como, as implicações deste discurso no cotidiano escolar. É necessário que na implementação da proposta se trabalhe com diferentes linguagens e documentos da história na perspectiva interdisciplinar, que permita que os professores reflitam sobre a presença africana na vida cotidiana, sobre as representações e sobre o imaginário construído.

Desconhecemos o passado remoto e recente da África e pouco sabemos sobre o seu presente. No entanto, essa é uma história que influencia definitivamente nosso modo brasileiro de ser e de estar no mundo.

O que estudamos sobre africanos e africanas que foram trazidos para o Brasil na condição de escravizados? Será que temos nos perguntado por que condições históricas os afrodescendentes, assim como os povos indígenas e outros grupos sociais, têm tido seus direitos mais básicos desrespeitados ou mesmo negados?

Os estudos de história da África e das culturas africanas e/ou afrodescendentes permitirão que educandos e educadores interajam com a cosmovisão do africano, sua concepção do universo, da vida e da sociedade. Conhecer a África de ontem e de hoje, a história do Brasil contada na perspectiva do negro, com exemplos na política, na economia, na sociedade em geral, é um dos objetivos a se atingir com a implantação da Lei 10.639. Pretende-se ainda reafirmar a constante presença da marca africana dos nossos ancestrais na literatura, na música, na criatividade, na forma de viver e de pensar, de andar, de falar e de rir, de rezar e festejar a vida.

A implantação da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares implica alguns caminhos, dos quais cabe destacar: a elaboração de materiais didáticos sobre essa temática, a sensibilização e a construção de propostas pedagógicas das escolas para a consolidação de uma educação antirracista (com redefinições dos planos políticos pedagógicos e dos currículos escolares) e a formação e capacitação continuada de professores/as e demais profissionais da educação para esta abordagem.

Com a implantação da Lei 10.639/2003, a história da África e dos afrodescendentes ganham outra dimensão nas escolas, que nos dias atuais são pouco atraentes aos estudantes negros. Silva afirma que:

(...) é urgente o resgate da autoestima das pessoas negras. A educação tem um papel fundamental nessa tarefa de reconstrução da autoimagem da mulher e do homem negros. Nossas crianças precisam conhecer sua história e é tarefa da escola ensinar a história do povo negro. É imprescindível superar as mentiras das histórias oficiais, que mais atrapalham do que ajudam. É imperativo que esta história seja ensinada por pessoas que, verdadeiramente, conheçam a história do povo negro. É preciso que o estudo sobre a História da África integre os currículos das escolas do 1^o. ao 3^o. graus (SILVA, 1995, p. 34).

O dia a dia de uma escola pode ser o meio de dissipação ou dispersão de atitudes preconceituosas, nesse sentido a escola pode ser considerada como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra, por isso é importante beneficiar a população negra com uma educação pautada na valorização da diversidade e no reconhecimento e respeito às diferenças. Como afirma Rosa Margarida:

A escola que procura avançar quanto ao trato pedagógico da questão racial primeiramente repensa o papel que deve desempenhar como agente de transformação em uma sociedade. Procurar visualizar, com dignidade, os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira; usa a cultura de todos eles como

instrumento pedagógico na construção do conhecimento; trabalha a autoestima e o orgulho ao pertencimento étnico-racial de seus (as) estudantes. Estes são estimulados a reconhecer as diferenças e a compreender que elas não podem levar à desigualdade de direitos (ROCHA, 2004, p. 67).

Reconhecer e valorizar a diversidade étnica brasileira, visualizando com dignidade o segmento populacional negro, significa enfatizar as contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas e intelectuais desse povo, em todas as áreas e aspectos. Não se pode reduzir as contribuições negras somente a aspectos relativos a seus costumes alimentares, vestimenta, religiosidade ou rituais festivos, como se faz atualmente. A construção do Brasil está indissolivelmente ligada ao continente africano. Toda a evolução da história e da cultura brasileira estão marcadas pelas histórias e pelas culturas africanas trazidas para essa margem do Atlântico pelos milhões de africanos que para cá foram enviados pelo tráfico, por isso a questão racial pode e deve ser assunto para todas as propostas de trabalho, projetos e unidades de estudo durante todo o ano letivo.

A tarefa não é simples, mas também não tem caráter utópico, de forma que os séculos de exploração e a dor pela qual passou milhares de africanos/as não serão sanados por um projeto ou uma lei, mas é possível se reescrever uma nova história, pautada nos esforços contínuos em se romper com uma realidade de exclusão social e a consequente desigualdade construída no decorrer dos quase cinco séculos de chegada dos negros e negras no Brasil. A escola tem papel fundamental nessa jornada, como a diz as Diretrizes Curriculares Nacionais:

A escola tem papel fundamental para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, às conquistas de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 6).

O grande desafio a ser enfrentado, então, é o de integrar ao cotidiano escolar outros valores para se pensar o processo educacional, respeitando a cultura, o modo de ser e de fazer as coisas, que caracterizam os vários grupos que compõe a população brasileira.

A educação das relações étnico-raciais, da história e cultura afro-brasileira e africana objetiva a inserção, no espaço escolar, das várias experiências e linguagens de resistência da população negra. A temática racial precisa ser tratada de modo que se reduzam os estereótipos

e a reprodução dos modelos que inferiorizam os/as estudantes que são identificados como negros e negras.

A Lei 10.639/2003 é um dos marcos para a efetivação de uma educação antirracista, voltada para a valorização e a inclusão do estudo da história do negro no Brasil, suas lutas, suas resistências e participação na formação da identidade nacional em todos os aspectos. E atende a uma demanda gerada pelo desconhecimento quase total, por grande parte dos brasileiros, das questões relativas às sociedades africanas e sobre as marcantes influências dos africanos na formação da sociedade brasileira.

Mesmo sendo constantemente negado, evidencia-se o fato de que o racismo tem raízes profundas na sociedade brasileira e se manifesta de forma enfática na sociedade brasileira, principalmente no âmbito educacional, como enfatiza Nilma Lino Gomes:

Os movimentos sociais, as lutas da comunidade negra exigem da escola posicionamento e a adoção de práticas pedagógicas que contribuam para a superação do racismo e da discriminação (...) é necessária uma formação política pedagógica que subsidie um trabalho efetivo com a questão racial na instituição escolar. Boa vontade só não basta! (GOMES, 1995, p. 188-189)

Segundo o professor Henrique Cunha, não é possível conhecer a História do Brasil sem o conhecimento da história dos povos que deram início à nação brasileira. “A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro”. (CUNHA, 1997, p. 67).

1.1- A ORIGEM DA PALAVRA CULTURA:

O termo cultura surgiu no século XI para indicar o cuidado dos homens com os deuses (culto), bem como o cuidado dos homens com a natureza, sentido usado até hoje. Já no século XVI, com o Renascimento os humanistas passaram a usá-lo no sentido de cultivo do próprio espírito, exprimindo a ação de desenvolver a capacidade intelectual.

No século XVIII - O termo germânico *Kulturera* usado para representar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra *civilization* referia-se a realidade material de um povo. O Iluminismo associou a cultura das artes, ciências e letras á ideia de cultivo do espírito. (Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET–ISSN2175–1773 - Julho de 2012).

A primeira definição de cultura formulada do ponto de vista antropológico foi feita por - Edward Taylor (1832-1917), que definiu como todas as possibilidades de realização humana.

A cultura de acordo com Chauí (1994, p. 05) é:

um todo complexo, conhecimento, crença, arte, moral, leis costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito. A principal característica humana é a cultura; cada cultura elabora a sua maneira de viver e conceber o mundo e diversifica os homens. Hoje as ciências sociais, e especialmente a antropologia na escola têm a função de tornar o mundo melhor através da superação das ideias pré-concebidas.

A antropologia hoje tem um olhar histórico sobre a sociedade, entendendo que a cultura também é uma construção histórica. A forma que cada grupo humano tem de pensar, se organizar, trabalhar, sonhar, ter lazer, se modificam constantemente. Só é possível entendermos os por quês, se soubermos dialogarmos com as memórias do passado e relacioná-las ao presente.

É nesta perspectiva antropológica e histórica do conceito de cultura, que se inserem as orientações referentes ao tema africanidade, quando trabalhamos com professores das series iniciais. A motivação de orientação é em geral pensar as questões da africanidade, da Lei 10.639/03 e de práticas que levem a superação do preconceito a partir de uma abordagem que considere a cultura no seu sentido de ação humana. Compreendendo que a grande diferença entre os povos no passado e no presente são resultados de uma construção cultural, de acordo com Gomes:

Não raras vezes, no Brasil, existiram relações inter-étnicas, envolvendo populações indígenas e populações escravas africanas e seus descendentes. Como em várias regiões do Brasil, assim como das Américas - para além dos conflitos e confrontos - escravos fugidos aliaram-se a grupos indígenas, formando, inclusive, pequenas comunidades. (GOMES, 2005, p.456).

Se a África é o berço da humanidade, no mínimo, o continente africano produziu e produz um imenso patrimônio sócio histórico e cultural, entendendo cultura no seu mais amplo sentido, no qual estão envolvidas arquitetura, ciência, engenharia, medicina... No entanto, lamentavelmente para todos os seres humanos, a escravatura e o racismo nas suas nuances e atualizações, vem colocando a riqueza deste continente na subalternidade, na invisibilidade:

É importante que a gente lute contra essa ideia de uma África fixa e homogênea que durante três séculos forneceu escravos para o Brasil e procurar pensar, procurar estudar que sociedades eram essas, que culturas eram essas, em que dinâmica eram inseridos esses africanos que vieram para o Brasil e que trouxeram tantas coisas importantes! Que trouxeram para o Brasil sua força de trabalho, suas técnicas, suas competências, suas religiões, suas cosmologias, suas formas de entender o mundo, formas essas que ficaram gravadas no modo como o Brasil, como os brasileiros são ainda hoje. Outro ponto importante que a gente deve ressaltar na história africana na sala de aula é a própria história africana em si mesma. Essa África milenar, essas culturas que são múltiplas e interessantes, a gente se deter na história das relações dos africanos com o mundo, nas criações, na emergência de reinos na África ocidental, entender o Egito como uma civilização que está inserida no contexto africano, que é tributário das cidades africanas, ele próprio um marco importante (...) É preciso pesquisar essa África urbana, essa África vibrante, das músicas, das cores, da arte, da literatura, ela está aí, ela está disponível para ser trazida para a sala de aula como uma maneira, como mais um diálogo conosco mesmo. Acho que ela faz parte do mundo contemporâneo, então, esse interesse pela África como parte do nosso mundo, do nosso mundo globalizado, do nosso mundo que se aproxima cada vez mais pela Internet, pelos fluxos, a África está nesse fluxo e está esperando ser descoberta pelo Brasil. (PEREIRA, 2010, p. 6- 7).

África diversa, África plural, África de ontem e hoje com riquezas, contradições e conflitos, que precisa ser apresentada, reapresentada às educadoras e aos educadores do Brasil por brasileiros e por africanos de variados países africanos.

A despeito do racismo, das desigualdades étnico-raciais, talvez alimentados pelos seus valores civilizatórios, ainda que inconscientemente, o povo negro, ou afro-brasileiro, afirma cotidianamente sua energia vital, seu axé, sua presença, sua existência:

(...) a escola deve ser impregnada pela diversidade das culturas que compõem a nação brasileira. Então, temos que admitir que existem várias culturas e não só as culturas oriundas da Europa. O tempo todo se fala nessa mítica das três raças compondo a nação brasileira, mas, entretanto, os valores ocidentais não são somente os hegemônicos, são os que detêm a supremacia na produção desses valores na escola. Então, uma escola democrática é uma escola que aposta na diversidade, mas não só diversidade congelada, coloca ali uma estátua do berimbau, ou uma estátua do orixá dentro da escola e falar que isso é diversidade. São esses valores que compõem a força das diferentes culturas, em especial da cultura afro-brasileira, eles devem não só estar presentes, como também assegurar que a sua dinâmica se entrelaça no cotidiano da escola, eles devem estar presentes na culinária, na merenda escolar, eles devem estar presentes naturalmente nas atitudes cotidianas desses

jovens na escola, devem estar presentes no esporte, devem estar presentes na própria discussão religiosa (...) A cultura afro-brasileira tem uma riqueza gigantesca para oferecer a essa moldagem da nação brasileira num universo intercultural, precisamos estar convictos, nós, professores, diretores da escola, que é importante para produção de um novo brasileiro, essa impregnação e a convicção significa na adesão generosa, na adesão amorosa, na adesão afetiva a essa cultura (...) É tamanha a hipocrisia, a ignorância e o grau de colonialismo em que vivemos que precisamos superar isso com uma certa dose de amor, não é violência, é amor, vamos abrir o coração e compreender que a cultura brasileira está presente o tempo todo ao lado da cultura afro-brasileira, ela é um dos principais modeladores da nação brasileira (...) (TAVARES, 1996, p. 13-14).

Estamos na capilaridade da sociedade brasileira, somos, nesse sentido ampliado, todos afro-brasileiros.

Essa presença está no cotidiano do brasileiro, está no ar que o brasileiro respira está no ritmo do corpo do brasileiro, está na comida do brasileiro. Só que o brasileiro também não percebe isso e gostaria de ser considerado como europeu. Isso está claro no sistema de educação. Nosso modelo de educação é uma educação eurocêntrica. A escola é o lugar onde se forma o cidadão, onde se ensina uma profissão. Escolas que sabem lidar com os dois lados da educação ensinam a cidadania e a profissão (...) São descendentes de africanos também, de índios e descendentes de árabes, de judeus e até de ciganos. E se a gente olhar o nosso sistema de educação, onde estão esses outros povos que formaram o Brasil? Então, há um problema no Brasil, além dessas pessoas serem as maiores vítimas da discriminação social, do sistema de educação formal, elas são simplesmente ocidentalizadas, elas são simplesmente embranquecidas. Então, há um problema na educação do brasileiro. Se a gente colocar as questões: quem somos, de onde viemos e por onde vamos, vamos ver que o Brasil nasceu do encontro das culturas das civilizações, dos povos indígenas, africanos que foram deportados os próprios imigrantes europeus de várias origens (...) Se a gente quer saber quem somos, devemos conhecer todas as nossas raízes, aqueles povos que formaram o Brasil, alguns dizem que somos um país mestiço, mas essa mestiçagem não caiu do céu. Já que a gente não quer reconhecer a diversidade das coisas, suponhamos que sejamos todos mestiços, vamos pelo menos estudar as raízes da nossa mestiçagem, faz parte da nossa cultura. (MUNANGA, 2004, p. 15).

1.2 - O CONCEITO DE CULTURA E A ESCOLA

"Aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos". Esta frase do pastor protestante e ativista dos direitos civis norte-americanos, Martin Luther King ainda hoje, apesar de grandes transformações e do acesso amplo a informações ecoa em um mundo tomado pelo preconceito.

As ideias pré-concebidas a respeito do outro, no planeta já causaram guerras, mortes, agressões físicas e verbais e isolamentos de grupos inteiros, que muitas vezes são obrigados a viver à margem da sociedade por causa da cor da sua pele, sexo, etnia, religião, aparência física, orientação sexual e até mesmo por suas ideias. O próprio Martin Luther King foi assassinado porque lutou contra o preconceito do qual ele foi vítima; pregou o amor, o respeito ao próximo e o perdão em um lugar dominado pelo ódio racial. Sua luta e a de milhares de negros na década de 60 nos EUA ajudaram a criar bases mais colaborativas e de cidadania na sociedade norte americana.

No Brasil durante muito tempo a situação da população negra foi ignorada sob um mito de "democracia racial", construído a partir da interpretação da grande obra literária de Gilberto Freire "Casa Grande e Senzala." Eram comuns opiniões que negavam as desigualdades raciais, afirmando ser o Brasil uma nação sem preconceito, mas a reorganização dos movimentos negros e a pesquisa acadêmica e estatística a partir da década de 80 – período pós-ditadura militar revelou um quadro peculiar desta realidade e do seu ensino. As questões referentes ao negro e a africanidade no Brasil têm sido trabalhadas basicamente pelo conteúdo escravidão, repassado através das versões do livro didático.

Munanga (2004, p. 07) afirma que:

Alguns livros didáticos falam do papel do negro no Brasil como escravo, mas não mostram sua participação concreta na sociedade brasileira, seu espaço na economia. O negro não trabalhou só nas plantações. Trabalhou nas artes, na mineração. Aliás, foram os negros que ensinaram aos portugueses as técnicas de mineração. Essas coisas não são ditas. O silêncio também é uma forma de racismo.

Os dados estatísticos e as pesquisas atuais mostram como a questão do negro no Brasil passado mais de 500 anos do início da conquista portuguesa ainda é muito difícil, o racismo e a discriminação são presentes na sociedade e na escola, visto que a escola reproduz também as

características da sociedade em que se insere. Como se pode observar em (CARENO, 2008, p.07).

Os indicadores sociais, em um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) apresentado a membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, apontaram que entre os 53 milhões de brasileiros pobres, 63% são negros e que, dos 22 milhões que estão abaixo da linha de pobreza, 70% são negros. Os números se tornam mais reveladores ao se levar em conta que os negros formam 46% da população brasileira. Se esses dados radiografam a desigualdade racial, ao analisar o grau de escolaridade de brancos e negros, os pesquisadores se depararam com índices que mostram, de forma ainda mais contundente, a quão reduzidas foram as melhorias na educação dos negros desde o século 20.

Estes dados nos levam a refletir como as temáticas referentes à população negra ainda são tratadas e questões como o acesso à educação contribuem para aumentar a desigualdade e o preconceito. Careno (2008) destaca que:

Essa diferença de dois anos é praticamente a mesma que o bisavô de um jovem negro enfrentaria no início do século passado. São maiores os contingentes de afrobrasileiros com menor índice de escolarização que vive em condições de miséria ou percebem salários inferiorizados. Entre as crianças de zero a seis anos, 38% das brancas são pobres – um percentual bem mais baixo do que o de 65% de crianças negras nessas condições. Na faixa etária que vai dos sete aos catorze anos, a pobreza atinge 33% dos brancos, mas 61% dos negros! Finalmente, na faixa etária que contempla jovens de 15 a 24 anos, 22 % dos brancos e 47% dos negros são pobres. IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2008).

Essa desigualdade se manifesta mais efetivamente ao se relacionarem questões de raça, índice de escolarização e condições econômicas. Enquanto a média de estudo dos adultos brancos é de 6,6 anos, a dos negros é de apenas 4,4 anos.

Munanga (2004) também aponta que:

um cidadão brasileiro branco e um cidadão brasileiro negro com o mesmo nível de formação têm uma diferença salarial em torno de 30%. Já uma mulher negra ganha, em média, 46% a menos que o homem branco. Logo, há racismo na sociedade brasileira. E a primeira condição para se lutar contra ele é assumi-lo.

Careno (2008), citando o pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Ricardo Henriques ainda aponta que este quadro não deverá mudar nos próximos anos, pois “em 13 anos, os brancos devem alcançar uma média de oito anos de estudos. A projeção para os negros é de que eles cheguem ao mesmo resultado daqui a 32 anos”.

A história brasileira se revela através de uma pluralidade étnica, sendo esta, produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos que foram: os portugueses, os índios e os negros de origem africana. Esse contato permitiu uma inter-relação entre as culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, mas que o cotidiano camufla, através de uma construção da ideia de “democracia racial”, práticas excludentes e que são naturalizadas pelo discurso da sociedade e até mesmo da escola.

Entende-se que a raiz destas práticas atuais podem ser compreendidas através do processo histórico do pensamento europeu em relação aos novos povos. Apesar da interrelação cultural, os europeus não viam os povos que aqui habitavam e os que escravizaram como seres humanos, mas como animais a serem domados e domesticados. Esse contato desencadeou algumas concepções discriminatórias onde as diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidente a distância e o prestígio social de quem era colonizador e colono. Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade, situando-se na marginalidade e exclusão sociais, em dimensões múltiplas, tanto na economia, como na política e na cultura, que se acentuou no período posterior a Abolição. Segundo Gomes (2005):

A experiência de luta e organização dos trabalhadores no Brasil não está marcada tão somente pela formalização jurídica decretada pela Abolição. Com o fim da escravidão - como um sistema social amparado por leis, - o processo de lutas, e também as desigualdades, considerando os trabalhadores, suas etnias e relações de gênero, não desaparecem. A caracterização e a reprodução das desigualdades ganham outras dimensões. O escravo vira negro. Como? Não mais havendo a distinção jurídica entre os trabalhadores, a marca étnica – e histórica - da população negra é reinventada como fato social. A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumenta tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente. A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houve mesmo políticas públicas no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização e repressão nas áreas urbanas. (p.462-463)

É evidente que o racismo e a discriminação são presentes na sociedade brasileira. E a primeira condição para se lutar contra ele é assumi-lo. Sendo o Brasil o país com o maior número de negros fora da África, os conteúdos referentes a história afro já deveriam fazer parte do currículo escolar, porém foi só a partir da Lei 10.639 que esta questão se tornou presente no universo da escola e muitos professores ainda preocupam-se em trabalhar estes

conteúdos porque a lei obriga e não pelo seu significado cultural na construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois:

por mais que o Brasil declare ser uma nação multirracial e sem pré-conceitos, desenvolve um racismo que em sua maioria é silencioso, camuflado, pois muitos preferem não falar no assunto. Entretanto ainda há o racismo explícito, com um percentual menor, principalmente por causa da crescente consciência de que é um ato criminoso. O preconceito ainda permanece, e este é sempre adquirido através da aprendizagem. Em geral a pessoa é levada desde criança a ter ideias e atitudes preconceituosas, por viver numa sociedade que predominam valores racistas. Portanto para que se possa conhecer a situação do negro no Brasil hoje, será preciso recordar a história. Nem tudo é igual ao que era antes, mas as formas de opressão continuam desempenhando o mesmo papel. (PEREIRA, 2007, p.09)

Careno (2008) cita que:

embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394/96, em seu art. 26, §4º - estabeleça que o ensino da História do Brasil deva levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Este ensino nem sempre esteve presente no cotidiano da escola, por isso a obrigatoriedade da Lei 10.639 tem despertado nas instituições mantenedoras das redes públicas e particulares a busca de fundamentação teórica que possibilite o aprofundamento da temática, visto que grande parte dos professores não tiveram em sua formação docente disciplina que permitisse a construção de um referencial teórico em relação à história e a cultura afro. Em relação ao papel do professor e a formação docente Careno aponta que:

A Lei 10.639 traz uma contribuição de fundamental importância nessa relação/formação e atuação docente. O debate sobre ela já trouxe um grande benefício à sociedade: colocar o tema na agenda nacional e fazer todos reconhecerem que é preciso realizar algo para diminuir a desigualdade na educação de ricos e pobres ou de negros e brancos. Com essa lei, estabelecem-se o embate e as posições sobre o tema. Por meio de discussão, reflexão sobre os diversos eventos do cotidiano escolar, a organização e a participação efetiva em cursos e seminários, estaremos forçando o debate, ampliando o horizonte conceitual e difundindo práticas educativas. Estaremos indo na direção de tomada da consciência da existência ampla de uma cultura e do seu tratamento possível e necessário na educação. Para tanto, cada um de nós, que queremos formar uma sociedade mais humanitária, precisaremos nos despojar dos velhos ranços culturais, nos apoderar desse novo saber e anunciar a boa nova, tecendo e tecendo essas informações, no entremeio dos silêncios dos nossos alunos, como arautos desse novo conteúdo curricular (CARENO, 2008, p.10).

Neste contexto uma das discussões atuais é a questão das cotas para afrodescendente nas universidades públicas, questão polêmica e que ainda gera debate acirrado por paixões e posições individualizadas. Porém, é necessário pensar esta prática como política afirmativa

que está longe de ser a solução para resolver as desigualdades e o preconceito. Mas já é um começo, uma parte desta solução para aquele afro-descendente que tiver acesso ao curso superior e que através da sua participação na universidade possa levantar este debate cujo ponto de partida é a questão da cultura.

As questões culturais têm suscitado muitos debates, criação de centros de pesquisa e estudo (...) Isso se dá pelo questionamento da hegemonia do Mundo Cultural Ocidental, pela insurgência dos movimentos das Diferenças que reivindicam e lutam por visibilidade, audibilidade, por espaço político, por seu "lugar ao Sol". Entram em confronto com a visão euro norte americana do mundo, que privilegia o homem ocidentalizado, que comunga dos preceitos da "democracia" e liberalismo, que exclui ou hierarquiza valorativamente grupos diferentes dos seus membros hegemônicos. Como consequências desses movimentos são criadas novas demandas sociais, políticas, que envolvam o conhecimento, manipulação, potencialização, massificação e uma série de ações que focalizam a Diversidade Cultural e a diversidade humana. (TRINDADE, 2008, p. 10).

Entende-se que trabalhar com a diversidade cultural em sala de aula passa pela compreensão das questões religiosas, de lazer, dos mecanismos de resistência, da linguagem, da música, da expressão artística e literária, da dança, da representação, enfim de inúmeros elementos que possibilitem a produção cultural e artística dos negros no Brasil. Munanga (2004), afirma que:

No decorrer do processo histórico brasileiro, os homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram formas elaboradas de lidar com a vida, com o corpo assim como expressões musicais múltiplas. Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio da resistência política, da religião, da arte, da música, da dança e da sensibilidade para com a ecologia o negro produz, participa e vivencia a cultura afro-brasileira. (p.139)

De acordo com Voguel (1993) estudioso da cultura afro, esta temática permite recuperar a ideia de ancestralidade, lembrando que a origem da espécie humana está na África é que:

Ancestral é quem logra inscrever-se de maneira durável na memória dos vivos. É o morto ilustre recordado pelas gerações em que se desdobra sua descendência. A ancestralidade é uma espécie de eternidade. Não a eternidade dos tempos inesgotáveis, mas a da profundidade genealógica, das raízes que recuam no tempo, para se perderem nas eras da tradição e do mito. (p.175).

1.3- A HERANÇA AFRICANA ESTÁ POR TODA PARTE

A pele, o cabelo, o sangue – o corpo todo, enfim – trazem uma informação, memória que devemos recuperar para compreender como podemos nos inserir, e os preconceitos que precisamos combater. De acordo com Inocêncio (2001), após discutir essas ideias podemos cuidar de outras “artes”.

É fantástico saber que há mais de 40 mil anos a Arte Negra já resplandecia, e poder afirmar a existência de reinos africanos suntuosos. É maravilhoso descobrir que “Em toda a cultura nacional/Na arte e até mesmo na ciência/O modo africano de viver/Exerceu grande influência”, como muito bem lembram Wilson Moreira e Nei Lopes na música *Ao Povo em Forma de Arte*.

O modo africano de ser/viver/conhecer/saber perpassa toda a cultura nacional, só que isso é camuflado e muitos de nós não sabemos. Nossa formação escolar dizia que dos africanos/negros aprendemos sobre culinária, danças (...) Hoje podemos dizer que essa influência está na ciência (que até pouco tempo era considerada um legado exclusivo dos portugueses), nos modos de curar doenças, na engenharia, nos modos de construir, na arquitetura, na estética, na culinária e – por que não? – na religiosidade, nas manifestações culturais e artísticas, na nossa brasilidade.

Para valorizar e compreender todo esse legado, precisamos mais uma vez acionar nossos corpos, nossos sentidos e ver que esse modo africano de aprender envolve as pessoas na sua integralidade. Não se aprende só com a cabeça, mas com o coração, a cabeça (ori), os olhos, ouvidos, braços e pernas, com o nariz e com o corpo todo, que precisa do presente para acionar o passado e construir o presente e o futuro.

Se aprendemos com o corpo inteiro, podemos dizer que o mundo nos ensina, que a vida nos ensina. Tudo que tem vida, axé, energia vital nos ensina. Então, podemos aprender com músicas, contos, fábulas, culinária, orações, preces, danças, escritos, corpos... Tudo é ou pode ser fonte de aprendizagem, compreensão e pertencimento ao mundo, tudo pode ser fonte de conhecimento, aprendizagem e saber. O conhecimento pode ser encontrado nos livros, na experiência dos outros, no cotidiano, nas ruas, na vida.

É o que nos conta Raul Lody (2003), percorrendo os vários aspectos de nossa vivência diária, toda ela permeada pelos elementos da cultura oriunda da África. As formas de

expressão e o modo de vida africano estão definitivamente atrelados à nossa maneira de viver, apreciar arte, comer, vestir ou mesmo dançar.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639/03 PARA O RESGATE DA CULTURA NEGRA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL.

A História do Brasil tem suas raízes do outro lado do Atlântico, pois de lá vieram os negros africanos para aqui se tornarem mão-de-obra escrava, mas também trouxeram suas tradições, seus costumes, suas cores. Com isso contribuíram imensamente para a formação cultural e social do povo brasileiro.

Por isso, salientamos a necessidade urgente de se conhecer a história deste povo que foi e ainda é muito importante para o nosso país. Segundo Alberto da Costa e Silva (2003, p. 230), “a história da África é importantes para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados”.

Foram criadas em várias partes do Brasil, Centros de Estudos Africanos (Bahia, São Paulo etc...). Com a promulgação da lei, que foi precedida por leis municipais em Belém, Aracajú e São Paulo, é resultado de um longo processo de ações realizadas pelo Movimento Negro.

Desde os primeiros quilombos, até os mais recentes movimentos em que lutam pela posse da terra dos seus descendentes, os negros não pararam de lutar e resistir contra a escravidão. Com a abolição, uma nova realidade surge para os negros, sem trabalho, moradia, enfim numa situação tão deprimente, eles passam a se organizar de forma mais efetiva, para garantir a unidade do grupo e também para galgarem melhores condições de vida. A imprensa negra começou sua atividade em 1920, dando notícias sociais sobre a comunidade. Nomes de jornais como Menelik, Alfinete e Clarim da Alvorada fazem parte da história do negro no

Brasil. Outra organização importante foi a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com cerca de 400 membros, inicialmente instalada em São Paulo, depois surgiu em outros estados. Em 1937, com o Estado Novo, a Frente Negra foi desativada.

Em 1944, Abdias Nascimento funda o Teatro Experimental do Negro (TEN), a fim de inserir no teatro o elemento negro. Nos anos de 1950/60, o TEN produziu muitos espetáculos sobre a temática negra. Em 1954, surge a Associação Cultural do Negro (ACN), que reuniu nomes como Abdias Nascimento, Solano Trindade e Fernando Góis, tinha também como objetivo a preocupação de construir uma ideologia para o negro brasileiro.

As escolas de samba também tiveram um papel de destaque, pois foram considerados centros que congregam negros, proporcionando um espaço de sociabilidade.

Dos anos 1960/1970, fatos como a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, as guerras de libertação dos países africanos colonizados e o fechamento político da sociedade brasileira imposta pela ditadura militar, a partir do golpe de 1964, espalharam a militância negra organizada pelos movimentos sociais de resistência e luta contra a ditadura. Nas brechas políticas que surgiam, eram formadas organizações culturais como: Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado (MNU) que se consolida como entidade negra nacional. Com o centenário da abolição, em 1988, o Brasil já possuía um amplo leque de organizações sociais preocupadas com a luta da população negra. Na USP, um grupo de funcionários e professores da universidade fundou o Núcleo De Consciência Negra, que empreendeu uma luta pelas cotas na universidade, isto em 1993/94.

As mulheres negras também começam a se organizar, em várias partes do Brasil. Essas são algumas das organizações negras que continuam na luta contra o racismo e buscando uma melhoria na qualidade de vida dos negros brasileiros. Após este breve relato sobre a história dos movimentos negros, voltemos para a lei, desde a década de 1970 o movimento negro, luta para incluir a história do negro no currículo escolar. Essas primeiras iniciativas foram impulsionadas pela constatação, por parte do movimento negro, de que osPCNs abordam a temática racial/étnica na “pluralidade cultural” em forma de orientação genérica, sem maiores consequências na produção de políticas educacionais. O Movimento Negro já alertava que a evasão escolar se dava além do déficit financeiro, também pela questão do racismo presente nos livros didáticos, além da falta de conteúdos que valorizassem a identidade da criança negra no currículo escolar.

A partir de 1980, a ONU faz uma campanha mundial contra a discriminação racial e todas as formas de intolerância. Uma das consequências foram as políticas públicas de ações afirmativas para mulheres, portadoras de necessidades especiais, negros e indígenas. O projeto de lei nº 18 de 1995, de autoria da senadora Benedita da Silva (PT/RJ) propunha a inclusão de História da África nos três níveis de ensino.

Na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul, 31 de agosto a 07 de setembro de 2001) - uma das propostas defendidas e aceitas pelo governo brasileiro foi a de se introduzir no currículo escolar a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil.

Porém, a proposta do movimento social negro, só veio a ser atendida, em grande parte, em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10639/03, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira.

A nova legislação acrescentou dois Artigos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

Art.26-A- *Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira.*

Parágrafo Primeiro - *O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.*

Parágrafo segundo - *Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.*

Art.79-B – *O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.*

Aqui abrir-se-á espaço para descrever um texto da escritora de Guiné-Bissau Odete Semedo:

Quando eu tive conhecimento dessa lei, eu disse: bom, eu acho que o Brasil pôs na mesa o assunto para ser discutido, um assunto que me parece que é um assunto tabu. As pessoas não querem falar de racismo, em discriminação, no negro e de várias coisas, parece que a história nos envergonha. Então, essa lei vai permitir um olhar para trás, um olhar para a história do Brasil, um olhar sem complexos, eu espero. E mesmo que seja um olhar com complexos, mas desde que permita a abordagem do problema já está a pôr à mesa uma questão que é uma questão não só brasileira, mas africana e universal, porque o racismo, a discriminação, não é só no Brasil, não é só em África. Há um pouco em cada canto dos países da Europa ou da América do Norte. O meu olhar sobre essa lei é que ela vai permitir um olhar para trás, um olhar o presente e, em perspectiva, o futuro sem receio, sem complexos, isso é o que eu vejo. Eu acho também que essa lei vai permitir um olhar sobre a África com outros olhos, não o olhar de uma África folclórica, não a África de guerras, de fome, mas uma África que é como um continente com vários países, com várias culturas, várias línguas, várias maneiras de estar, de viver, de olhar o mundo. Portanto, eu acho que essa lei é mais uma porta que se abre, não vai mudar o mundo, mas é um passo, é uma pedra no meu entender. (Documentário: Africanidades Brasileiras e Educação – Salto para o futuro, 2008, p.10).

1 – CONHECENDO O PARECER 003/2004

A partir da publicação da Lei 10.639/003, em março de 2003 e no ano seguinte do Parecer 003/004 que regulamenta a implantação da lei, os debates sobre relações raciais no Brasil, tornaram-se mais intensos. Por um lado, estudiosos de uma visão mais crítica defendendo a necessidade de uma reorganização de currículo, que contemple a cultura africana e afro-brasileira como elemento fundamental da nossa cultura e, em defesa de políticas sociais compensatória, por outro lado conservadores, principalmente da imprensa falada e escrita condenando as cotas raciais, justificando que as mesmas causariam um racismo reverso. Explicito parte do texto do Parecer como forma de explicação de um dos motivos do reavivamento dos debates acirrados sobre relações raciais no Brasil.

O Parecer procura oferecer uma resposta, na área da educação, á demanda da população afro descendente, regulamentando políticas de ações afirmativas, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

Tratam de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos) para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Estas políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprio, manifestar com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário salientar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. A formação de professores torna-se indispensável para uma educação que vise o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos diferentes povos que habitam o Brasil, particularmente os descendentes de africanos.

Aqui vale ressaltar a fala da escritora Nigeriana Chimamanda (2008, p. 7-8):

(...) é muito importante que as pessoas contem suas próprias histórias. E a África é uma região do mundo que por muito tempo teve suas histórias contadas por outras pessoas. Muitos dos textos africanos foram na verdade escritos por europeus, se voltarmos duzentos anos atrás. Eu acho que é uma coisa boa ouvirmos histórias de África contadas por africanos. África não é uma coisa única. Poucos pensam sobre África de forma diferente. Pensam na África das girafas, ou pensam em AIDS, ou pensam em guerras, ou pensam na pobreza. Uma das perguntas que me foi feita por um dos jornalistas brasileiros, antes que eu chegasse aqui, foi 'como você pode ajudar ao seu país?' E eu pensei, meu país não é apenas um lugar para eu ajudar. Há muita coisa acontecendo na Nigéria. Há nigerianos que estão ajudando a nigerianos. Há nigerianos que são pobres; nigerianos que são ricos. Há muita coisa acontecendo. Acho que a única coisa que posso dizer é que há muitas Áfricas. Não há apenas uma. Há várias histórias em África. As histórias de ricos e pobres; as histórias felizes e tristes; e todas elas são histórias africanas, e é importante que nos lembremos disso. Não temos como apagar o colonialismo da nossa experiência. É parte da nossa experiência. Parte da experiência de nigerianos, de quenianos, de senegaleses... A

África foi colonizada. E é tudo muito recente. Tornamo-nos independentes em 1960. Há pouco tempo atrás. E a forma como vivemos hoje é ainda uma reação ao colonialismo. O colonialismo é ainda parte de nossa existência. O sistema educacional da Nigéria, por exemplo, não mudou muito desde os anos 1950. As pessoas aprendem muito sobre a Inglaterra e muito pouco sobre África, porque foi assim que eles organizaram o sistema educacional. Então, é difícil responder ‘o que você tem a dizer sobre o fim do colonialismo na sua obra?’ Acho que estou apenas escrevendo histórias sobre pessoas que vivem em um tempo em que o colonialismo é parte integral de nossas vidas. Mas isto não significa que as pessoas não tenham [iniciativa]. Os africanos são pessoas que têm iniciativa. (Documentário: Africanidades Brasileiras e Educação – Salto para o futuro).

1.1 - RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Para falar sobre esse tópico consultou-se o livro *Superando o Racismo na escola*, do organizador Kabengele Munanga, onde no capítulo História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados - de Antonio Olímpio de Sant Ana encontrou-se algumas definições (conceituações básicas sobre o racismo e seus derivados).

1.2 - Racismo

“Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12).

Pode ser definido também como:

a teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p. 1).

De acordo com o professor Santos (1990), Racismo é:

a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê (p. 12).

Na desigualdade racial brasileira o preconceito está apoiado na cor da pele e nas características físicas e não na origem do sujeito que o sofre. Os diferentes são identificados como desiguais por que de acordo com Duarte (2006, p. 1):

Dizer-se "preto (a)" ou "pardo (a)" em nosso país é, concretamente, uma distinção que carrega significados presentes em sua nomeação e no próprio reconhecimento de ser diferente de determinado grupo de pessoas e de ser igual a outros. Mais ainda, esses significados estão recheados de estereótipos e estigmas associados ao processo social dessa identificação. E é aí que se apresenta o problema do debate racial brasileiro.

E isto tem relação direta com o lugar que a sociedade já tem reservado para o negro na escola, no trabalho, na vida social e nos outros espaços por onde puder transitar. Mais adiante a autora assevera que é inegável a existência do racismo entre nós e, portanto:

Querer negar a questão da raça, suas consequências e implicações específicas no Brasil, onde a maior parte da população submetida às injustiças sociais se identifica e é identificada como preta ou parda – por diversos elementos presentes no processo social e histórico brasileiro –, é querer inventar uma borracha gigante que apague milhões de brasileiros (as) e seus problemas reais (DUARTE. 2006, p.1).

Ainda segundo Duarte (2006) as diferenças entre os povos, foram intensamente utilizadas na criação de teorias que justificassem a opressão de uns sobre os outros. É recente a atenção da sociedade internacional para a compreensão sociojurídica de que as diferenças não devem ser motivo de opressão. Sobre as teorias que sustentam o racismo afirma que:

Mesmo que o conceito raça tenha sido desenvolvido com abordagem supostamente científica apenas no final do século XIX, as ideologias nas quais a escravidão se baseava utilizavam desde mitos bíblicos a categorias filosóficas para impor uma concepção de mundo racista. Hegemonizava-se a ideia da superioridade branca sobre os demais povos, como um dado para a invasão, o extermínio e a colonização da África e das Américas. (DUARTE. 2006a, p.1).

1.3 - Origem da palavra racismo

PauletteMarquer, em seu livro *As Raças Humanas*, diz que a palavra raça vem do italiano *razza*, que significa família, ou grupo de pessoas. Por outro lado, continua Marquer, ‘a palavra *razzavem* do árabe *ras*, que quer dizer origem ou descendência’ (DUNCAN, 1988, p. 15).

Racismo, preconceito e discriminações são temas de veiculação crescente em nossa imprensa. Com isso, aumentam-se os debates, incentivando a discussão destes temas dentro e fora da escola.

Já foi o tempo em que a militância tinha que responder à seguinte pergunta: há racismo no Brasil? A hipocrisia nacional respondia com um sonoro NÃO. A militância negra e de outras etnias solidárias diziam SIM. Mas, não bastava dizer SIM, era necessário provar, mostrar evidências. Uma das áreas mais afetadas pela prática do racismo foi a do trabalho e graças ao esforço de alguns pesquisadores de nossas universidades, brancos e negros, levantamentos estatísticos foram feitos, comprovando o alto grau de racismo praticado na área econômica contra negro.

Quando é que o racismo pode ser interpretado como discriminação, preconceito, segregação, estereótipo?

Ocorre que a definição e compreensão de cada um desses termos é essencial para que saibamos identificar e combater as variadas formas de manifestação de ideologias que defendem a ideia de hierarquia entre pessoas (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12).

Tendo como referencial todas as informações aqui contidas, apresentaremos, agora, algumas definições (na realidade, conceituações) sobre algumas palavras e expressões-chave para podermos, em melhores condições, identificar, combater e eliminar o racismo e todas as formas de preconceitos e discriminações.

1.4 - Preconceito

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade.

Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Aqui está uma lista de alguns preconceitos clássicos, que estão bem inculcados em nosso cotidiano:

“Toda sogra é chata”

“Todos os homens são fortes”

“Toda mulher é frágil”
 “Todos os políticos são corruptos”
 “Toda criança negra vai mal na escola”
 “O negro é burro”
 “Mulher bonita é burra”

Com base em estereótipos, as pessoas julgam as outras. Por isso o preconceito é um fenômeno psicológico. Ele reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere direitos.

Ninguém é obrigado a gostar de alguém, mas é obrigado a respeitar os seus direitos (Conselho Estadual da Condição Feminina, 1994, p. 2):

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, *op. cit.*, p. 1).

Estes preconceitos, aos poucos, vão se transformando em posições diante da vida, ao se espalharem nas relações interpessoais, carregando consigo outros ‘subprodutos’ do modelo social vigente nas diferentes sociedades: *os estereótipos, a discriminação, o racismo, o sexismo, etc.*

O significado de preconceito é no dizer de Santos (2001, p.13) "uma atitude, um fenômeno intergrupar, dirigido a pessoas ou grupo de pessoas, implica uma predisposição negativa, sempre contra alguém, é sempre algo ruim." Mais adiante afirma que: "consiste em uma predisposição negativa, hostil, frente a outro ser humano. Uma desvalorização do outro como pessoa, indigno de conviver no mesmo espaço, excluído moralmente."

Portanto, numa relação preconceituosa entre grupos tornam-se evidentes as contraditórias posturas de superioridade e de inferioridade entre eles, bem como a definição de papéis diferenciados, o medo de competição e as aspirações do grupo subordinado.

O preconceito é um fenômeno legitimador da discriminação que é um conceito com amplitude e dinamismo maiores.

1.5 - Discriminação

A palavra discriminação é o nome que se dá para a *conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros*. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos (Programa Nacional de Direitos Humanos, *op. cit.*, p. 15).

A discriminação possui capacidade de gerar o preconceito. Ela pode ser provocada por indivíduos e instituições. E o racismo envolve sempre o conflito de grupos em relação a recursos materiais e culturais. Ele pode ser entendido como um princípio de inferiorização do grupo segregado.

1.6 - Discriminação racial

Discriminação racial, segundo conceito estabelecido pelas Nações Unidas (Convenção da ONU/1966, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial),

significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (*Idem, ibidem*).

1.7 - Gênero

As mulheres, juntamente com os negros, são as maiores vítimas do preconceito. Há teorias raciais espalhadas pelo mundo, com seguidores no Brasil, que procuram justificar um tratamento discriminatório e desumano de exclusão e de marginalização reservados para povos e pessoas diferentes, que os preconceituosos julgam diferentes. Muitas das atitudes discriminatórias que acontecem em sala de aula são dirigidas às alunas, e quando a aluna é negra, torna-se mais grave este preconceito, esta discriminação. Por isso, é interessante ter

uma ideia do significado da palavra gênero, desconhecida da maioria das mulheres, especialmente das estudantes, racialmente oprimidas, em particular:

Gênero é um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela biologia, mas sim, pelo contexto social, cultural e político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra (*Idem, ibidem*, p. 12).

Ou, na definição do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, “*gênero é definido como sexo socialmente construído(...)*”. Ao nascer somos machos ou fêmeas, isto é, nascemos com aparelhos biológicos sexuais diferentes.

Contudo, a sociedade, através de seus poderosos mecanismos de socialização – linguagem, família (onde são introjetados os primeiros e fortes conteúdos culturais), escola, religião, meios de comunicação – e finalmente, o Estado, através de leis, vão formando homens e mulheres com comportamentos masculinos e femininos bem definidos. A ambos têm sido destinados papéis sociais rígidos. Aos homens, em geral, cabem as tarefas de prestígio, autoridade e criatividade: economistas, cientistas, políticos, médicos, etc. Às mulheres, tarefas pouco reconhecidas socialmente como donas-de-casa, mãe e esposa. Até bem pouco tempo, quando executavam tarefas fora do âmbito do lar, exerciam, em geral, atividades que são uma extensão de suas atividades domésticas: professora, enfermeira, secretária, etc. (Conselho Estadual da Condição Feminina, *op. cit.*, p. 1).

1.8 - Estereótipos

Estereótipo é um conceito muito próximo do de preconceito e pode ser definido, conforme Shestakov (apud MICHEL, 1989), como “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (p.17), e completa afirmando que os estereótipos envolvem representações, atitudes, sentimentos ou ações. Segundo Lise Dunningan, o “estereótipo é um modelo rígido e anônimo, a partir do qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos” (*Idem, ibidem*, p. 2-3).

O estereótipo é a prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; e (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade.

CAPÍTULO III

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA

É preciso compreender um pouco melhor sobre o sistema legislativo educacional brasileiro, voltado para as questões raciais, como a legislação brasileira tratou e trata questões como racismo, preconceito, contos, ideologias e as etnias presentes em nosso país.

As discussões sobre a legislação e as etnias do povo brasileiro se iniciam nos tempos da Primeira República (1889-1930), avançando até meados do século XX, como registra Dias, 2005, período no qual intelectuais acreditavam que uma nação de raças mistas, como a nossa, era impossível e já estava fadada ao fracasso:

Essa discussão estava presente nos diferentes setores da sociedade da época, com uma predominância da crítica à miscigenação. Muitos intelectuais afirmavam que a fragilidade e o atraso da nação deviam-se à mistura das raças. (DIAS, 2005, p.51).

Mas mesmo após a Abolição a questão da discriminação continuou presente, como podemos observar no artigo 1º do decreto nº 528, de 28/06/1890, que trata sobre a imigração no Brasil:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições que forem estipuladas. (VEINER, apud DIAS, 2005)

A partir de meados do século XX educadores recorrem ao tema do racismo e do preconceito para fortalecimento de suas ideologias sobre uma educação para todos. Como Fernando de Azevedo, que escreveu o novo Manifesto dos Educadores:

A escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueiam a todos, sem distinção de classes, de situações, de raças, e de crenças, é, por definição, contrária e

a única que está em condições de se subtrair a imposição de qualquer pensamento sectário, político ou religioso. (AZEVEDO, apud DIAS, 2005, p. 52)

Neste período travou-se intensa luta para a aprovação do projeto de lei 4.024/61. Uns defendiam os investimentos públicos em escolas também privadas e confessionistas, como o deputado Lacerda. Enquanto que outros defendiam a escola pública para todos, sob a gestão do Estado, como Maciel Barros:

a escola, ao contrário, existe exatamente para todos. Ela é uma fonte de comunhão, um centro de aprendizagem, de respeito pelas crenças alheias, precisamente porque é aberta a todos. Nela não há ricos ou pobres, católicos, protestantes ou ateus, pretos, brancos ou amarelos, filhos de imigrantes recém-chegados ou filhos de aristocráticas famílias tradicionais: nela há apenas seres humanos, pessoas ou projetos de pessoas. (BARROS, apud DIAS, 2005, p. 52)

Após tantas discussões a lei nº 4.024/61 foi aprovada, e considerada uma vitória para a luta contra o racismo e o preconceito, pois no Título I – Dos Fins da Educação Art. 1º, Alínea g, cita: “A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. Mas apesar desta vitória, a autora defende que o discurso dos educadores da época ignoraram ou não exploraram o bastante a questão racial, limitando-se a luta pelas classes como expressa nos seus relatos:

Os educadores daquele momento reconheceram a dimensão racial, mas não deram a ela nenhuma centralidade na defesa de uma escola para todos, o que nos faz pensar que, mesmo esses educadores, considerados “modernos”, no que se refere à abordagem da questão racial, pouco se diferenciavam dos conservadores. Isso se deve, a meu ver, à maneira como o Brasil construiu sua identidade nacional. Infelizmente, nenhum dos educadores que se destacaram na defesa da escola para todos rompeu com o acordo da elite brasileira de tratar a questão racial na generalidade e não como política pública, apesar da inclusão da raça como recurso discursivo. Compactuando com o mito da democracia racial, mantendo invisível a população negra da escola para “todos” defendida com tanto entusiasmo no debate para aprovação da LDB de 1961. (DIAS, 2005, p. 53)

Nas duas leis de diretrizes e bases que se seguiram, as de número: 5.540/68 e a 5.692/71, tiveram grande repercussão na organização do ensino brasileiro, a primeira tratou do ensino superior, enquanto que a segunda referia-se ao ensino de primeiro e segundo grau. Mas talvez devido o momento político de grande repressão não foi possível o debate ocorrido na Lei 4.024/61. No entanto foi mantido o texto que traz as referências quanto à condenação

ao preconceito de raça que constava na primeira lei. Mas a partir da nova Constituição de 1988, pós-abertura política se forma um novo cenário, com intensa movimentação da sociedade civil. Como destaca Dias:

O movimento pró-nova LDB começa em 1986, quando a IV Conferência Brasileira de Educação aprova a “Carta de Goiânia”, com proposições para o Congresso Nacional Constituinte. E em 1987 deflagra-se movimento intenso de discussão das propostas de uma nova LDB. A discussão da LDB cruza-se com outros movimentos e, no caso em análise, a questão de raça nas LDBs tem dois importantes marcos impulsionadores: o Centenário da Abolição, em 1988, e os 300 Anos da Morte de Zumbi dos Palmares, em 1995. (DIAS, 2005, p. 54)

No Centenário da Abolição da Escravatura, acontecem eventos no Brasil inteiro e são divulgadas pesquisas demográficas da população brasileira. Com o auxílio destas pesquisas os movimentos negros se embasam de argumentos para suas reivindicações, comparando os resultados dos indicadores de saúde, educação, mercado de trabalho entre a população branca e negra fica claro e confirmado a desigualdade gritante entre as mesmas.

Constroem-se com isso novos argumentos para romper com a ilusão de que todos são tratados da mesma maneira. Os meios de comunicação divulgam estes resultados, denunciando a situação, neste momento à educação ganha um destaque.

O ano de 1995, também destaca-se pela luta e manifestação do povo negro, como destaca a autora:

Em 1995, o movimento social negro comemora os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Também nesse momento deflagra-se um intenso e mais elaborado processo de discussões sobre a população negra. Algumas universidades, entre elas a USP, produzem o documento *Zumbi, tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares* com proposições sobre políticas antirracistas, as chamadas ações afirmativas, com ênfase na educação. As manifestações daquele ano culminam na Marcha Zumbi dos Palmares: Contra o racismo, pela cidadania e a vida, na qual cerca de 10 mil negros e negras foram a Brasília com um documento reivindicatório (POR, 1996) entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso. (DIAS, 2005, p. 54).

Com a Constituição de 1988 o racismo passa a ser tratado como crime, punido com pena de prisão, por meio do artigo 5º, inciso XLII, regulamentado pela Lei 7.716/89, tratando-se de um grande avanço quando comparado a Lei Afonso Arinos, de 1951, que tratava o racismo apenas como contravenção penal, passível apenas de multa e não de prisão.

De acordo com Dias, tivemos avanços entre a LDB 4.024/61 e a LDB 9.394/96, mas estes avanços não podem infelizmente serem atribuídos aos representantes da educação e suas entidades, pois ao analisar os projetos apresentados por estes foi observado que a questão racial desaparece, sendo mais uma vez incorporada à questão da igualdade, da unidade nacional, desaparecendo inclusive o item que condena o preconceito de raça.

Sendo poucas as referências à questão das raças que aparece na proposta da LDB, como a que consta no capítulo II, Da Educação Escolar de 1º Grau, Art.32, parágrafo único que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Bem como no capítulo VII, Da Educação Básica, no art. 38, inciso III, orienta que os conteúdos curriculares deverão obedecer às seguintes diretrizes: “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias para a formação do povo brasileiro. (DIAS, 2005).

Diante de toda a produção existente sobre a tensão no Brasil, a que se refere à cultura das raças é muito pouco, mas uma vez o negro é abandonado, englobado por uma igualdade teórica que na prática não lhe cabe. Dias destaca que a ideia do texto é ao mesmo tempo dar uma resposta para a sociedade organizada em torno dessa questão e manter o pacto de não explicitá-la.

Após alguns anos da aprovação e implementação da LDB 9.394/96, e avaliados seus desdobramentos, observando que a questão de raça, mesmo que em segundo plano, ocupou espaço e atenções na lei, estudiosos se mobilizam para a construção dos PCNs:

Nesse sentido, destaca-se a mobilização de intelectuais, negros e não-negros, para a publicação dos PCNs, que incluem o volume Pluralidade Cultural, no qual a questão de raça aparece como item a ser trabalhado, partindo do princípio de que a diversidade racial do Brasil é positiva. O Ministério da Educação considera esse volume, que teve o envolvimento de vários educadores negros, como uma das ações do Ministério da Justiça em prol das políticas de igualdade racial. (DIAS, 2005, p. 57).

Mais recentemente, uma grande conquista foi o projeto de lei apresentado pelos deputados federais Ester Grossi (educadora do Rio Grande do Sul) e Ben-Hur Ferreira (oriundo do movimento negro de Mato Grosso do Sul). A lei foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, e pelo ministro Cristovam Buarque em 9 de janeiro de 2003, que altera os 26 e 79 da lei nº 9.394/96, é a lei nº 10.639 que torna obrigatório a inclusão no currículo oficial de ensino a temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

Segundo Dias (2005), o texto da lei é incisivo e claro quanto aos objetivos da mudança, tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira). O que no texto anterior era difuso e abrangia outras etnias, agora está focado. Os parágrafos explicitam de forma inequívoca o que se espera:

§ 1o - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

§ 2o - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Esta mesma lei estabelece ainda que no calendário escolar o dia 20 de novembro será destinado ao “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Mas esta lei seria somente o início de grandes conquistas do período, pois respondendo as pressões internas do Partido dos Trabalhadores e externas de setores do Movimento Negro que apoiaram a candidatura de Lula, cria-se na estrutura de governo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no dia 21 de março de 2003, data em que se comemora o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Em resposta a criação de um órgão dentro da estrutura do primeiro escalão para tratar das demandas da população negra.

Segundo Dias (2005) se faz necessário não somente as leis, mas o conhecimento do povo para que este se mobilize e lute por seus ideais:

Apesar de ser fundamental pensar em que contextos surgem determinadas leis, também é importante considerar que nesse caso o espaço das contradições está muito bem colocado. Souberam os movimentos negros organizados e a academia engajada atuar estrategicamente para a organização e a definição de políticas públicas que dessem conta de que as leis não fossem meras letras mortas em papel, mas que, ao contrário, ensejassem muitas mudanças. Desde junho de 2004, estão sendo organizados fóruns estaduais coordenados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Durante 2004, foram realizados cerca de 20 fóruns em diferentes estados. Neles, reuniram-se secretarias municipais, estaduais, conselhos de educação e movimento negro, para que juntos pensassem estratégias de implementação das diretrizes. Certamente isso influenciará as políticas que serão definidas na Conferência Nacional para a Igualdade Racial, chamada pelo governo federal a se realizar em 2005. (p. 59).

Tendo a ciência que estas dependem de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas para sua aplicação. Dependem de maneira decisiva de uma reeducação das relações ético-raciais e do trabalho em conjunto, de articulações entre os processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, para o combate ao racismo, e o trabalho pelo fim das desigualdades sociais e raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se ao longo deste trabalho analisar e refletir sobre as africanidades e a contribuição da cultura africana para a formação da cultura brasileira. Percebeu-se, durante este estudo, que tanto os negros vindos da África quanto seus descendentes ao longo da história do Brasil sempre foram deixados de lado e marginalizados por uma cultura eurocentrista. Quando arrancados de suas terras e jogados nos canaviais buscaram alternativas para manter suas tradições e continuar cultuando seus deuses e crenças. Desta maneira surge a africanidade uma miscigenação de culturas rica e exuberante que está inserida intrinsecamente na cultura popular brasileira.

Buscou-se revisitar discursos referenciais para pensar sobre “africanidades” ou sentidos construídos acerca da condição, qualidade ou caráter do que é africano, na historiografia do Brasil. Pensar em “africanidades” foi um exercício de reflexão sobre objetos que são nomeados, constituídos, objetivados por práticas sociais discursivas e não-discursivas, aqui recortados, percebidos em suas condições de possibilidade histórica, cujos sentidos aparecem atrelados a categorias e conceitos que também foram historicamente construídos. Apreendeu-se alguns sentidos que se entrelaçam e impregnam discursos racistas e misóginos que produziram tais

identidades. Estas que transitaram não só na historiografia, mas em diversas narrativas que pretenderam registrar, explicar, interpretar ou recordar experiências partilhadas de uma “comunidade imaginada” africana, afro-brasileira ou brasileira.

Como resultado de tudo isso surge um novo olhar por parte da população e dos governantes que começam a reconhecer a necessidade de um amparo social destes que por séculos foram deixados à própria sorte. Daí surge as leis na busca da reparação, reconhecimento e valorização da cultura e da história dos negros brasileiros.

Esse reconhecimento depende de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas para sua aplicação. Depende de maneira decisiva de uma reeducação das relações ético-raciais e do trabalho em conjunto, de articulações entre os processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, para o combate ao racismo, e o trabalho pelo fim das desigualdades sociais e raciais.

Portanto, cabe não somente aos governantes, mas como toda a população, através da educação, ensinar os princípios básicos de respeito, igualdade e liberdade, para que todos possam ser vistos e reconhecidos como cidadãos capazes de viver em paz e harmonia.

O ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira possibilitará a valorização do negro e de sua imensa contribuição para a formação e construção desta nação.

Cumprir a lei é um comprometimento de toda sociedade e não apenas da escola. Somos fruto de uma educação, racista e eurocêntrica, que relega a população negra a condição de escravo, de ser inferior, o que faz com que o aluno negro não se reconheça positivamente nessa história. Abordar conteúdos acerca da História e da Cultura Afro Brasileira irá resgatar esta autoestima construindo uma sociedade humanizada e pautada no respeito ao outro.

Conclui-se que é preciso compreender que uma sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem uma nação. Somente quando todos tiverem este pensamento estaremos livres de ideias preconceituosas e discriminatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. G. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade.** Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006.

BAKZCO, Bronislaw. **Lesimaginaire sociaux.** Paris: Payot, 1984, p.8. apud PESAVENTO, Sandra. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Anpuh/Contexto, vol.15, n.29, 1995, p. 16.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade.** CENACORA, 1998.

BRASIL, Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

_____. **Parecer nº CNE/CP 003/2004 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CARENO, Mary Francisca do. **A lei 10639, a diversidade cultural e racial e as práticas escolares.** Disponível em <http://www.grubas.com.br/datafiles> Acesso em 28/05/2008.

CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA – ESTADO DE S.PAULO.
Construindo a igualdade entre os sexos. *Cadernos CECF*, novembro de 1994.

CUNHA JR. Henrique. Afro descendência, pluriculturalismo e educação. *Pátio. Revista Pedagógica*. Porto Alegre (RS). Ano 2. Nº. 6, agosto/outubro, 1998.

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados?** A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

DUARTE, R. O. **As grandes mentiras intelectuais (1):** sobre a igualdade.
Publicado em 14/06/2006. Disponível em <> Acessado em 10/03/2008.

DUNCAN, Quince; POWEL, Loren. **Teoria y Prática del Racismo.** DEI, Costa Rica Colección Analisis, 1988.

FONSECA, Dagoberto José & SILVA BENTO, Maria Aparecida. **África Desconstruindo Mitos.** In: A África e o Brasil Afro-Brasileiro: História, Cultura, Ciência e Arte, p.14-15. São Paulo, 2009.

GOMES, Flavio dos Santos. Quilombos IN: PINSKY, Jaime & Pinsky, Carla Bassanezi.
História da Cidadania 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Uma Dupla Inseparável: Cabelo e Cor de Pele, in De Preto a Afrodescendente:** Trajetos de Pesquisa Sobre o Negro, Cultura Negra e Relações ÉtnicoRaciais no Brasil/Lúcia Maria Assunção Barbosa et al. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** um olhar sobre o corpo negro e o cabelo negro. *Revista da Faculdade de Educação (USP)*.

Desigualdades raciais na escola. São Paulo, SP, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça/** Luana Pinheiro... (Et al.). – 3. ed.

Brasília: Ipea: SPM:UNIFEM, 2008.

LODY, Raul. **Dicionário de Arte Sacra & Técnicas Afro-Brasileiras.** Rio de Janeiro:

Pallas, 2003, 319 p.

MICHEL, A. Não aos estereótipos. Tradução por Zuleika Alambert e Violette Nagib Amary.

São Paulo. Conselho Estadual da Condição Feminina, 1989.

MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-americana.**

Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Cândido Mendes, 2003, pp.

37-8.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global, 2004.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** 2ª ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PEREIRA, Luena Nunes Nascimento. O ensino e pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10.639. In Revista África e Africanidades. Ano 3, n.11, 2010.

PEREIRA, Oriane. **Um novo olhar sobre a etnia negra na escola.** Monografia de conclusão do curso de Pedagogia. FALEC: Curitiba, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça**– todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb-a /Assessoria Internacional, 1998.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro.** Belo Horizonte: N'Zinga/Mazza Edições, 2004.

SABERES E FAZERES, v.1: **modos de ver** / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 116p. : il. color. - (A cor da cultura).

SALTO PARA O FUTURO. Documentário: **Africanidades brasileiras e educação Ano XVIII** - Boletim 20 – Outubro de 2008. TVescola. ISSN 1982 – 0283

SANTOS, Joel Rufino. **A questão do negro na sala de aula**. Coleção na Sala de Aula, 1990.

SANTOS, I. A. A. dos. *Discriminação: uma questão de direitos humanos*. In: **Uma escola para a inclusão social**. TEM - Assessoria Internacional Brasília: 2001.

SILVA , Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CED, 1995

SILVA, Alberto Costa e Silva 2003 “A história da África e sua importância para o Brasil”. P. 229-240. **Um rio chamado atlântico: a África no Brasil, o Brasil na África**(Rio de Janeiro: Nova Fronteira, UFRJ).

SILVA FILHO, José Barbosa da. **Apontamentos sobre a História do Negro no Brasil**. Cuiabá, EDUFMT, 2009.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. **Representação Visual do Corpo Afrodescendente**, in *Entre Áfricas e Brasis*/Selma Pantoja (org.) et al. Brasília: Paralelo 15/São Paulo: Marco Zero, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Multiculturalismo e educação**: do protesto de rua a propostas e políticas. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2005.

_____. Africanidades; como valorizar as raízes afro nas propostas pedagógicas. *Revista do Professor*, Porto Alegre, v.11, n° 44, p. 29-30, out./dez. 1995.

TAVARES, Cristiane Fernandes. Curiosidade: uma aliada na aprendizagem. *Revista do Professor*, n. 45, jan. / mar. 1996.

TRINDADE, AzoildaLoretto e SANTOS, Rafael (org.). **Multiculturalismo – mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VOGEL, Arno. **A Galinha d'Angola Iniciação e identidade na Cultura afro Brasileira.**
Rio de Janeiro: FLACSO: Niterói, RJ: EDUFF, 1993.

